

O derramamento de petróleo no litoral pernambucano a partir das narrativas do Jornal do Commercio

The oil spill on the coast of Pernambuco from narratives of Jornal do Commercio

El derrame de petróleo en la costa de Pernambuco desde las narrativas de Jornal do Commercio

Lucas Iago Moura da Silva^{1,a}

lucas.iago.moura26@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-2174-6501>

Maria Bernadete de Cerqueira Antunes^{2,b,c}

mbcantunes@upe.br | <https://orcid.org/0000-0002-6391-397X>

Maria do Socorro Veloso de Albuquerque^{3,4,d}

msoveloso@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-1520-700X>

Idê Gomes Dantas Gurgel^{4,d}

ide.gomes@fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0002-2958-683X>

Mariana Olívia Santana dos Santos^{4,d}

mariana.santos@fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0002-2129-2335>

¹ Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva. Salvador, BA, Brasil.

² Universidade de Pernambuco, Faculdade de Ciências Médicas. Recife, PE, Brasil.

³ Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Médicas. Recife, PE, Brasil.

⁴ Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Aggeu Magalhães, Departamento de Saúde Coletiva. Recife, PE, Brasil.

^a Graduação em Saúde Coletiva pela Universidade de Pernambuco.

^b Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Pernambuco.

^c Doutorado Honoris Causa pela Universidade Federal de Pernambuco.

^d Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz.

RESUMO

Em 2019, o litoral nordestino foi atingido por um derramamento de petróleo, considerado o maior desastre ambiental desse tipo no Brasil. Após a notícia repercutir rapidamente nas mídias sociais, a mídia hegemônica – TV, internet e jornal – começou a veicular reportagens sobre o desastre priorizando as vozes institucionais e especializadas em detrimento das vozes dos territórios afetados. Este artigo analisa o discurso midiático a respeito do derramamento de petróleo no estado de Pernambuco. Realizou-se pesquisa documental com dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a partir de matérias publicadas pelo Jornal do Commercio. Para análise utilizou-se o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Como resultado, elaborou-se uma linha do tempo que interligou a identificação do petróleo às matérias do jornal, classificando as narrativas conforme os impactos ambientais, socioeconômicos e os danos à saúde. O tema da saúde teve baixa visibilidade no jornal, demonstrando ser necessário se repensar as práticas comunicacionais frente a desastres ambientais.

Palavras-chave: Derramamentos de petróleo; Desastres; Saúde e ambiente; Comunicação em saúde; Cobertura midiática.

ABSTRACT

In 2019, the northeast coast of Brazil was hit by an oil spill that was considered the biggest environmental disaster of its kind in the country. The news quickly reverberated in the social media, however, the hegemonic media (TV, internet and newspapers) started to broadcast news about the disaster focusing on the institutional voices and on specialists to the detriment of the voices of the people living in the affected areas. This paper analyzes the media discussion about the oil spill off the coast of Pernambuco. Documentary research was carried out with data from Ibama and articles published by *Jornal do Commercio*. For the analysis we used the Collective Subject Discourse (CSD) method. As a result, we created a timeline linking the finding of the oil to the journalist articles, classifying the narratives according to environmental, socioeconomic and health impacts. The topic of health had low visibility on the newspaper, showing the need to rethink the communication practices in the face of environmental disasters.

Keywords: Oil spills; Disasters; Health and environment; Health communication; Media coverage.

RESUMEN

En 2019, la costa noreste fue golpeada por un derrame de petróleo, considerado el mayor desastre ambiental de este tipo en Brasil. Luego que la noticia resonara en las redes sociales, los medios hegemónicos comenzaron a difundir reportajes sobre el desastre, priorizando las voces institucionales y especializadas en detrimento de las voces de los territorios afectados. Este artículo analiza el discurso mediático sobre el derrame de petróleo en Pernambuco. La investigación documental fue realizada con datos del Ibama y artículos publicados en el *Jornal do Commercio*. Para el análisis se utilizó el método discursivo del sujeto colectivo. Como resultado, se elaboró una línea de tiempo que vincula la identificación del petróleo con *Jornal do Commercio* y se identificaron narrativas considerando los impactos ambientales, socioeconómicos y de salud. El tema de la salud tuvo poca visibilidad en el periódico, demostrando la necesidad de repensar las prácticas de comunicación frente a los desastres ambientales.

Palabras clave: Derrames de petróleo; Desastres; Salud y medio ambiente; Comunicación en salud; Cobertura mediática.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Lucas Iago Moura da Silva, Maria Bernadete Cerqueira de Antunes, Maria do Socorro Veloso de Albuquerque e Mariana Olívia Santana dos Santos.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Lucas Iago Moura da Silva.

Redação do manuscrito: Lucas Iago Moura da Silva.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: Lucas Iago Moura da Silva, Maria Bernadete Cerqueira de Antunes, Maria do Socorro Veloso de Albuquerque, Mariana Olívia Santana dos Santos e Idê Gomes Dantas Gurgel.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: Este estudo faz parte do projeto Desastre do petróleo e saúde dos povos das águas financiado por: Chamada pública da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) n. 06/2020 do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde PPSUS – Pernambuco, CNPq/ Decit/ SCTIE/ MS/ SES/ FACEPE; do Programa Inova Fiocruz/ Encomendas Estratégicas Territórios Sustentáveis e Saudáveis no contexto da pandemia de covid-19; e do Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS/Fiocruz).

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: A Tiago Lourenço Soares Araújo pela contribuição na linha do tempo.

Histórico do artigo: submetido: 16 mar. 2022 | aceito: 31 ago. 2022 | publicado: 23 dez. 2022.

Apresentação anterior: não houve.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2019, o litoral nordestino foi atingido por um grande derramamento de petróleo, considerado o maior desastre ambiental desse tipo no Brasil (ARAÚJO *et al.*, 2020). O desastre atingiu onze estados e 130 municípios brasileiros, totalizando 1.009 localidades, sendo o estado da Paraíba o primeiro atingido (IBAMA, 2019). Em Pernambuco, as primeiras aparições se deram no dia 2 de setembro na Ilha de Itamaracá, em Ipojuca, em Olinda e em Paulista, atingindo em seguida os municípios de Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, Jaboatão dos Guararapes, Recife, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré (IBAMA, 2019)

Quando se observam desastres dessa magnitude, é necessário compreender como os seus impactos vão afetar os processos de dinâmica social, dinâmica econômica, moradia, ocupação e educação, e determinar o processo de saúde-doença das populações do território atingido (MONKEN *et al.*, 2008).

As populações das águas, como marisqueiros e pescadores artesanais, que foram expostas a situações de risco ao fazer a limpeza voluntária das praias, ficam sujeitas a processos de adoecimento pelo contato com o óleo cru. Alguns dos sintomas desse contato podem ser vistos a curto prazo, como uma intoxicação exógena aguda, ou a longo prazo, como o desenvolvimento de cânceres (MONKEN *et al.*, 2008; ARAÚJO *et al.*, 2020; EUZEBIO *et al.*, 2019).

Outros danos a serem destacados são os impactos ambientais, pois o petróleo é composto por diversas substâncias, como benzeno, furanos, dioxinas, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos e outros metais pesados, que, quando em contato com o meio ambiente, podem variar em relação à toxicidade, ao tempo de biodegradação e à solubilidade, afetando diretamente a fauna e a flora marinha e terrestre (EUZEBIO *et al.*, 2019).

Com o meio ambiente comprometido, as consequências socioeconômicas chegam às populações que dependiam dos recursos naturais para trabalhar. O cenário de insegurança alimentar pela contaminação dos peixes levou à redução na compra e no consumo de pescados no litoral, o que gerou uma queda no volume de trabalho dos pescadores e comerciantes, que, junto com a inércia das autoridades públicas, levou a uma queda no turismo (RAMALHO, 2019).

Os impactos ambientais decorrentes de um ato humano afetam a dinâmica de vida de um povo em seu território, fazendo com que ele se envolva com o ocorrido pelos processos de pertencimento, de experiências e de vínculos estabelecidos com o local (SANTOS, 2011). Nesse processo, a população procura informações na mídia para se conduzir diante da situação; ao mesmo tempo, há um grande interesse da mídia em cobrir o ocorrido, por gerar audiência.

A mídia hegemônica que nos esforçamos em investigar é a mídia impressa, caracterizada pela veiculação das informações e pela concepção de opinião, na qual se constrói uma “comunicação de meio ambiente” em uma perspectiva de transferência de informações. Essa mídia alerta para os riscos iminentes sem aproximação e problematização com a realidade, se distanciando de uma “comunicação ambiental”, que, em situações como a do derramamento, deveria ser construída na perspectiva da compreensão dos reais impactos, bem como das possíveis ações de prevenção, mitigação e adaptação, tornando-se, assim, uma importante ferramenta comunicacional (LIMA *et al.*, 2015).

Já a narrativa da saúde nesse espaço é construída em prol do assistencialismo médico, marcada pela transferência de informações e pelas falas de secretários, diretores e pessoas em outros cargos de poder das instituições de saúde (LERNER; SACRAMENTO, 2014). Esse modelo comunicacional desconsidera a comunicação em saúde como um direito, que deveria ser colocada em prática a partir de sua correlação com os princípios doutrinários do SUS, tendo: a comunicação como direito universal; a equidade a partir da necessidade de se observar os diferentes sujeitos e contextos para construir a comunicação; e a integralidade,

caracterizada pela clareza e pela forma dialógica de construir essa comunicação. Assim, a comunicação se faz no direito de ter voz (CARDOSO; ROCHA, 2018).

Levando em consideração o conceito ampliado de saúde (BATISTELLA, 2007), fica o questionamento de como foi construído o discurso midiático a respeito do derramamento de petróleo no estado de Pernambuco, considerando a magnitude do desastre, os possíveis danos à saúde e as condições de sobrevivência das pessoas atingidas. Dessa forma, procurou-se compreender as narrativas do Jornal do Commercio de Pernambuco, durante o caso do derramamento do petróleo no litoral do estado em 2019.

MÉTODO

Trata-se de pesquisa qualitativa do tipo análise documental. Como fonte de dados, utilizaram-se os dados disponibilizados pelo *site* do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre a data e o local de chegada do petróleo (IBAMA, 2019). Realizou-se, também, levantamento dos textos publicados nas capas do Jornal do Commercio no período de três meses, contados a partir de 2 de setembro de 2019, data em que constam os primeiros avistamentos do petróleo no litoral de Pernambuco, até 28 de novembro de 2019, data em que consta o último avistamento do petróleo nesse ano, segundo o Ibama (IBAMA, 2019).

Realizou-se a coleta de forma eletrônica no acervo jornalístico da plataforma virtual Jornal do Commercio (JC on-line) disponibilizada para assinantes, utilizando-se no buscador as palavras “óleo”, “petróleo”, “piche” e “desastre” e correlatos sobre o derramamento. Das 88 capas pesquisadas, foram selecionadas 24 que mencionam o derramamento de petróleo, três que abordam o território do litoral e uma com esses dois elementos, totalizando 28 capas para análise. As demais foram descartadas por não trazer informações sobre o derramamento. A escolha do Jornal do Commercio se deu pelo fato de ser o único jornal de Pernambuco cadastrado na Associação Nacional de Jornais (ANJ) (ANJ, 2022) a ter publicação de domingo a domingo e acervo disponível digitalmente, o que, no contexto da pandemia da covid-19, facilitou as buscas. Escolhemos as capas de jornais porque elas refletem os assuntos de destaque em cada edição, representando um indicador de relevância (AGUIAR; ARAUJO, 2016).

A análise se deu em dois momentos: no primeiro, elaborou-se uma linha do tempo dos fatos e das notícias com a representação gráfica que interliga a data de identificação do petróleo na praia com a cobertura do jornal. Já no segundo, realizou-se a análise do discurso das capas de jornais, segundo o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Segundo os autores, o DSC é um método de pesquisa de opinião, no qual o discurso da mídia pode ser representado pela “atribuição social de sentido” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010, p. 74).

Os textos das manchetes, dos títulos e das linhas finas das capas dos jornais foram organizados no *software* DSCsoft 2.0, ferramenta de aferição do DSC, para a identificação das expressões-chave – que são trechos do discurso que revelam a essência do texto – e das ideias centrais – que é uma síntese feita pelos pesquisadores do discurso feito pelo sujeito (Figura 1). A partir das ideias centrais, foram elaboradas categorias temáticas, sendo A = impactos ambientais; B = impactos socioeconômicos; C = impactos à saúde. O objetivo é pôr fim às expressões-chave das categorias semelhantes para formação do DSC (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010).



Figura 1 – Capa do Jornal do Commercio de 19 de outubro de 2019
Fonte: Jornal do Commercio (on-line).

RESULTADOS

A linha do tempo do derramamento de petróleo nas praias de Pernambuco

Setembro de 2019 ficou marcado como o primeiro mês do surgimento do petróleo nas praias, nos mangues, nos estuários e nos rios na faixa litorânea de Pernambuco. O tema do derramamento não foi abordado em nenhuma das capas do Jornal do Commercio nesse mês, mesmo tendo sido publicadas matérias e reportagens nos dias 4, 27 e 28 que abordaram o litoral. Observou-se que no dia 8 havia um título na capa que dizia “Negócios à beira-mar”, enfatizando, em sua linha fina, que era um ótimo momento para comerciantes e banhistas por conta do calor de setembro. A matéria foi veiculada no Caderno de Economia, revelando que o jornal não tinha interesse em comunicar o desastre a seus leitores.

Em outubro, os avistamentos de petróleo no litoral se intensificaram, com um aumento da quantidade e das localidades atingidas. Após mais de um mês do primeiro avistamento, houve a primeira menção na capa sobre o derramamento, no dia 8 de outubro de 2019, trazendo, ao final da capa, um título com a palavra “Petróleo”. A linha fina informou que o governo federal realizou uma força-tarefa para encontrar a origem do vazamento do petróleo. A segunda menção ocorreu no dia 9, com o título “Origem do óleo”, enfatizando que Marinha e Petrobras tinham indícios de que a origem do petróleo era a Venezuela.

O tema volta a aparecer nas capas no dia 15 mencionando o derramamento no estado da Bahia com o título “Emergência na Bahia contra óleo”. O que chama a atenção na capa dessa edição é a manchete “Alerta para os banhistas”, que poderia ser relacionada ao desastre ambiental, mas é um alerta pelo perigo de afogamento no litoral de Pernambuco, mais uma vez envolvendo outras questões para tirar o foco do desastre que ocorria.

O título “Contra o óleo”, do dia 17, enfatizou que o governo estadual iria monitorar o produto para evitar que praias fossem contaminadas novamente. Já o título do dia 18, “Óleo de volta”, mencionou que a prefeitura decretou estado de emergência, após nova chegada de manchas de petróleo em São José da Coroa Grande. No dia 19, a manchete “Mar de luto” relata o desastre ambiental que, desde setembro atingia o litoral, e as ações da população para a limpeza (Figura 1).

A manchete “Um dano que pode ficar para sempre”, do dia 20, relatou que, segundo especialistas, a decomposição desse material seria difícil. No dia 21, a manchete “Mancha pode atingir o Recife” enfatizou a possibilidade de novos avistamentos, e que o secretário estadual de meio ambiente criticou a falta de acionamento do plano de contingência por parte do governo federal.

No dia 22, a manchete “Boa ação que gera risco” relatou que as ações do voluntariado para a remoção do petróleo podiam acabar negligenciando a saúde. A mesma capa contou com outros dois títulos com menção ao desastre: “Ministros vêm” e “Destinação adequada para servir indústrias”. No dia 23, houve três títulos referenciando as blitzes realizadas pelos governos federal e estadual, assim como pelos voluntários.

No dia 24, a manchete “Alerta à exposição ao óleo é reforçada” relatou que 17 pessoas, entre voluntários e funcionários da prefeitura de São José da Coroa Grande, foram ao hospital em decorrência do contato com o óleo, ressaltando que os órgãos governamentais deveriam tornar mais rígido o protocolo de proteção aos voluntários. No dia 25, o jornal trouxe a manchete “PE é o mais manchado”, e a matéria informa que foram recolhidas cerca de 1.358 toneladas de óleo, retiradas de 27 praias e de sete rios.

A manchete do dia 26, “CPRH recomenda evitar banho de mar em 18 praias”, informou que a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) recomendava que banhistas evitassem as praias onde o petróleo tinha sido avistado. Nota-se que a foto da manchete é de banhistas na praia de Porto de Galinhas, do município de Ipojuca, com a legenda “Dia normal” (Figura 2).



Figura 2 – Capa do Jornal do Commercio de 26 de outubro de 2019
Fonte: Jornal do Commercio (on-line).

Em 27 de outubro, a manchete “Praias sem manchas de óleo têm banho liberado” questionou que, um dia após o CPRH recomendar não tomar banho de mar, o estado tenha dito que, onde o petróleo não fosse visível, o banho estaria liberado. Contou também com os títulos “Futuro incerto na pesca”, mencionando a dificuldade de sustento pelos pescadores artesanais e a falta de reparo pelo poder público – “Hotéis mantêm ocupação”; e “E de quem é a culpa do óleo?”.

Já no dia 28, matéria com o título “Sem óleo” informou que não havia registros de novos avistamentos nas praias do litoral pernambucano e que a população aproveitou o sol e o banho de mar. A última presença na capa no mês de outubro foi a do dia 29, com o título “Um auxílio para as vítimas do óleo”, trazendo em sua linha fina a informação de que o município de Cabo de Santo Agostinho tinha iniciado cadastro de auxílio para pescadores que ficaram sem trabalho.

Em novembro de 2019 os avistamentos de petróleo no litoral continuaram. A primeira menção nesse mês foi no dia 2, com a manchete “Presente de grego”, relacionada às investigações do responsável pelo vazamento. No dia 3, o título “Petróleo chega ao santuário” mencionou o avistamento em Abrolhos-BA. No dia 4, o título “Abraço homenageia voluntários” encabeçou matéria explicando que Pernambuco tinha aderido a uma campanha lembrando o desastre do óleo, como também que o estado da Bahia estava em alerta, após o óleo ter sido detectado no arquipélago de Abrolhos. No dia 5, o título “Mais óleo a caminho?” indagava a possibilidade de novos avistamentos.



Figura 3 – Capa do Jornal do Commercio de 16 de novembro de 2019
Fonte: Jornal do Commercio (on-line).

No dia 24, o Jornal do Commercio trouxe a manchete “Desafio é tornar turismo um motor da economia”, anunciando a nova série do Jornal do Commercio sobre Pernambuco, onde a primeira matéria abordava o litoral pernambucano. No dia 25, a manchete “Expedição vai avaliar desastre do óleo” relatava que um navio da Marinha com 21 pesquisadores tinha saído de Recife com o objetivo de estimar a extensão dos danos causados pelas manchas que tinham atingido as praias.

A Figura 4 relaciona, em linha do tempo, a data do avistamento do petróleo nas praias com a presença deste tema e de temas correlatos nas capas de jornal analisadas. Os dias considerados foram dispostos de forma circular e se referem aos meses de setembro a novembro. Para melhor visualização, constam os dias 2 de setembro a 28 de novembro.

As barras internas em azul se referem ao número de municípios citados em matérias. Os círculos em laranja se referem a capas com a temática do derramamento de petróleo. Os círculos em verde se referem às datas em que há menção ao território do litoral.

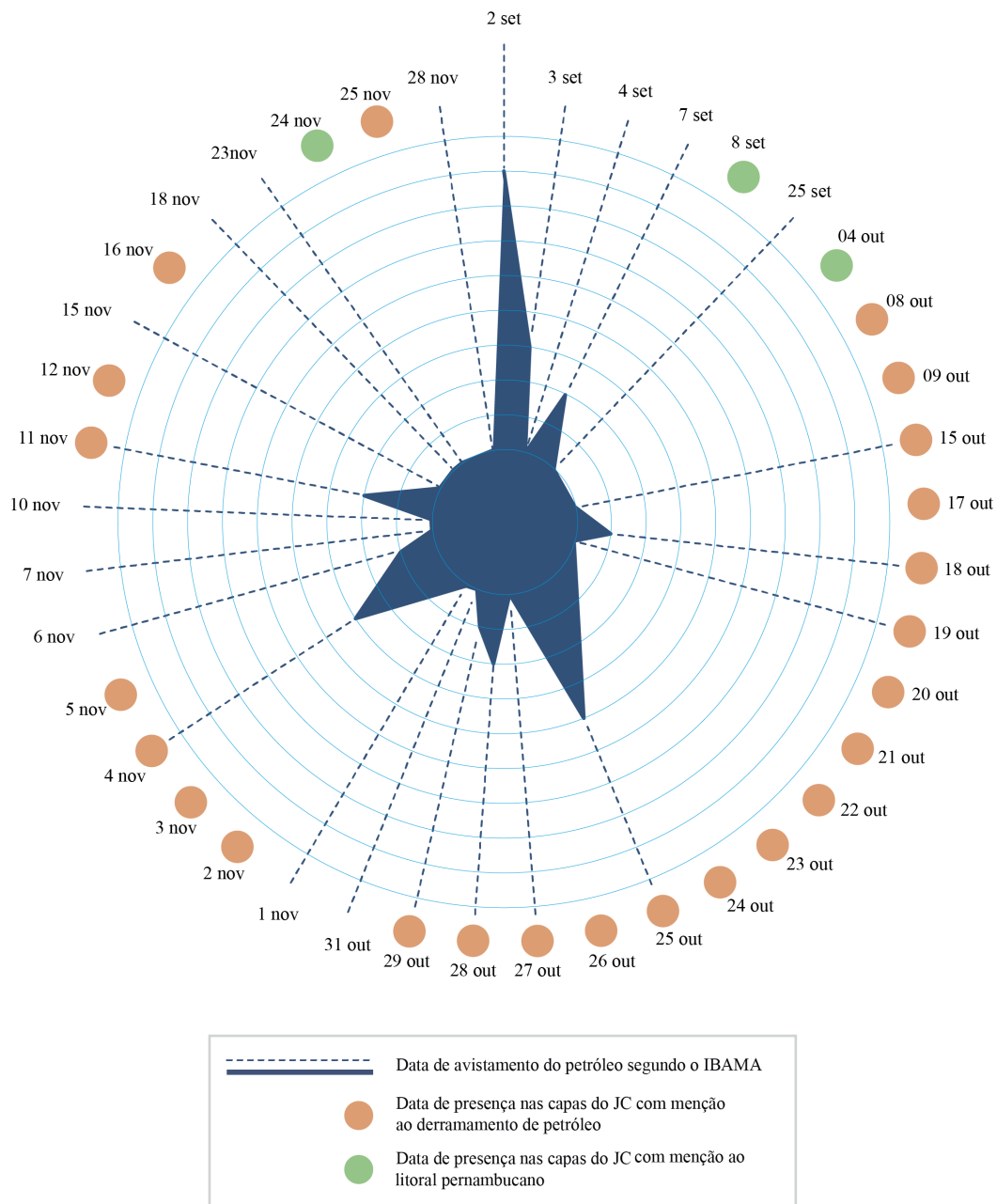


Figura 4 – Datas de avistamento de petróleo correlacionadas à aparição do tema no Jornal do Comércio e à presença de temas relacionados nas capas do periódico
Fonte: Elaborado pelos autores.

As narrativas do Jornal do Commercio

A partir do DSC, foi possível compreender o pensamento dos sujeitos que constroem o Jornal do Commercio, suas diferenças e semelhanças, pelo conjunto de subjetividades, visões, vivências, categorias profissionais, interesses de classe, posicionamentos políticos e econômicos que reverberam em diferentes discursos apresentados aos leitores (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010).

Assim, encontrar semelhanças na análise das 28 capas permitiu a categorização em três dimensões: impactos ambientais, que proporcionou a visão dos locais atingidos, a maneira como se deu o processo de limpeza, a destinação do material recolhido e se o mar estava apto ou não para o banho; impactos socioeconômicos, que abordou a instabilidade financeira causada pelo derramamento; e impactos à saúde, que trouxe os fatores de risco na limpeza das praias. Essas categorias formam o DSC, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias e DSC presentes, a partir das capas do Jornal do Commercio

Categorias e DSC	
Categorias	DSC
Impactos ambientais	Emergência na Bahia contra óleo em oito municípios com praias faz governo estadual editar decreto para recursos. Contra o óleo, o governo de Pernambuco vai monitorar o produto para evitar que praias sejam contaminadas. Com o óleo de volta, manchas foram retiradas em São José da Coroa Grande, fazendo com que governo estadual intensifique ações para conter o óleo. Prefeitura decreta estado de emergência. Tornando-se um desastre ambiental sem precedentes, pois o óleo que atinge as praias desde setembro manchou de vez o litoral sul, ainda assim a população uniu esforços para limpar. Porém esse dano pode ficar para sempre, pois especialistas afirmam que impacto do óleo nas praias será perene devido à difícil decomposição. As manchas podem atingir Recife, e a população se mobiliza para limpeza. No Nordeste, mais de 500 toneladas foram recolhidas. Em Pernambuco, mais de 1.358 toneladas tiveram destinação adequada para a central de tratamento em Igarassu, onde se transformou em combustível. A população de Paulista enfrentou maré alta para recolher vestígios de óleo. Os detentos da Penitenciária Agroindustrial São João (PAI) auxiliaram no trabalho de remoção das manchas na Ilha de Itamaracá. O CPRH recomenda evitar banho de mar em 18 praias onde houve registro de manchas. Porto de Galinhas e Boa Viagem, como não tiveram manchas, estão liberadas. A população aproveitou para curtir o dia na praia, onde praias sem manchas e sem novos registros têm banho liberado e a população aproveita banho de mar. Fragmentos de óleo que atingem o litoral são registrados em Abrolhos e ministro da Defesa diz não ter como saber se o produto ainda vai chegar às praias nordestinas. Fuzileiros navais começam por Sirinhaém no litoral Sul do estado a fazer a limpeza das praias atingidas pelo óleo.
Impactos socioeconômicos	Para os negócios à beira-mar, os comerciantes aguardam pela época quente. Mas com futuro incerto na pesca, famílias convivem com a impossibilidade de arrumar sustento; há falta de amparo do poder público. Mas os hotéis mantêm a ocupação. O município de Cabo de Santo Agostinho iniciou o cadastro de pescadores que ficaram sem trabalho após o desastre. Com praias liberadas e sem vestígios de óleo, o movimento no litoral foi intenso durante o final de semana. Deu praia, pois óleo é coisa do passado, intensificando o movimento nas praias. O desafio é tornar o turismo um motor da economia.
Impactos à saúde	Um dos maiores consolos em meio às manchas de óleo é a formação da corrente voluntária para a limpeza, porém, muita gente negligencia a saúde porque estava sem proteção. Neste caso, a boa ação gera risco à saúde, pois o contato com o petróleo levou pessoas, entre voluntários e funcionários da prefeitura que atuavam na limpeza ao hospital local para atendimento. Não houve necessidade de internação. Teve aumento da distribuição de artigos de segurança para recolhimento do petróleo, mas os órgãos devem tornar mais rígido o protocolo com voluntários.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O DSC expõe como, ao longo dos meses, o Jornal do Commercio construiu o valor notícia (*news value*) em suas capas sobre o derramamento de petróleo com uma perspectiva exacerbada para chamar a atenção dos leitores, instituindo, assim, uma disputa simbólica discursiva que julgou necessária, focando nos impactos ambientais e socioeconômicos. Mas é preciso compreender as disputas que estão em jogo para a construção dessa narrativa, que assegura uma relevância econômica no estado. (LERNER; SACRAMENTO, 2014).

Esse cenário se constrói pelo fato de que a pesca artesanal gerou para Pernambuco mais de R\$22 milhões de reais até o início do derramamento de óleo em 2019. Sendo assim, os impactos desse desastre geraram redução do trabalho dos pescadores e do número de pescadoras artesanais e conduziu a um episódio de insegurança alimentar, pois a pesca, além de ser um trabalho, é a fonte de alimentação da população das águas (RAMALHO, 2019).

Notam-se o silenciamento desses sujeitos sociais e a desassociação do desastre aos contextos sociais nos quais estão inseridos, como ressalta o estudo realizado pelo Intervenções intitulado ‘Vozes silenciadas: a cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira’. O estudo mostra que, entre as fontes para as matérias e reportagens do Jornal do Commercio, apenas 2,97% foram feitas com consulta às comunidades tradicionais pesqueiras ou [a] outros (VOZES..., 2020).

Tal realidade advém do modelo de comunicação construído na perspectiva informacional de modo linear, com apagamento de ruídos – um modelo focado apenas em transferir as informações para os leitores e caracterizado pelo uso de fontes oficiais. Nesse desastre, temos como fontes os governos federal, estadual e municipal, o Ibama, a Polícia Federal, a Marinha, a Petrobras e o CPRH (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

A disputa simbólica pelo interesse da cobertura, durante o derramamento, torna-se uma *agenda-setting*, ou seja, o Jornal do Commercio ‘molda’ o que os leitores irão debater sobre o fato. Desse modo, percebe-se na construção da informação uma suposta clareza de fácil compreensão, com texto simples e objetivo – o que facilita aos leitores identificar o que é apresentado, afastando as contradições e dando novos significados (LERNER; SACRAMENTO, 2014).

A todo momento o tema saúde foi apresentado sendo relacionado ao risco e às consequências imediatas. Tal imaginário foi legitimado pela ausência de ações conduzidas por instituições da saúde, como a Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde de Pernambuco (SEVS-PE), que se ateu a compartilhar as notas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tratando apenas sobre os danos à saúde pelo consumo de pescados contaminados por petróleo.

Foi somente a partir de 25 de outubro de 2019 que a SEVS-PE publicou a nota informativa n. 08/2019 com “Recomendações à população e aos voluntários dos mutirões de limpeza do petróleo no litoral de Pernambuco”. A nota n. 09/2019, “Orientação aos servidores de saúde em relação à população exposta ao petróleo cru no litoral de Pernambuco”, disponibilizou um modelo para notificação das intoxicações exógenas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) (PERNAMBUCO, 2019).

Outro fato que corrobora essa construção foi a não declaração de emergência em saúde pública pelo estado e pelos municípios atingidos pelo óleo, com base na portaria n. 2.952 de 14/12/2011, do Ministério da Saúde, como recomendado pelo Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, do Instituto Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2019).

Segundo o informe n. 06/2020 da SEVS-PE, de 18 de outubro de 2019 até 19 de fevereiro de 2020, houve notificação de 353 casos por intoxicações exógenas pelo agente toxicológico petróleo (PERNAMBUCO, 2020). Esse fato corrobora a falta de ações efetivas de vigilância e de promoção em saúde, mantendo-se a ideia de saúde apenas como ausência de doença. Ignoram-se as questões sociais – tais como o trabalho e a organização econômica – que acometem o modo de viver da população e delinham os processos de saúde e doença (BARATA, 2009).

De modo geral, a saúde acaba sendo trabalhada em uma perspectiva de incerteza, pela sua relação com o risco, o que leva os leitores a um comportamento guiado pelo medo. Em vez de contribuir para a segurança das pessoas que se dispuseram a limpar as praias, essa construção social do sentido acaba gerando incertezas no processo (LERNER; SACRAMENTO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a narrativa veiculada pelo Jornal do Commercio sobre o episódio de derramamento de petróleo no litoral de Pernambuco destaca o impacto ambiental sem precedentes no estado, mas não enfatiza a tímida resposta governamental – o que levou a população a se expor a possíveis riscos à saúde durante o processo de limpeza das praias. Ademais, não foi estabelecido um sistema de monitoramento desse impacto ambiental, devido à reabertura das praias com a intenção de manter o turismo.

As narrativas destacam o impacto socioeconômico na cadeia do turismo, sobretudo porque o derramamento ocorreu durante o verão. O maior impacto foi sobre a população de pescadores(as) e os comerciantes que atuam à beira-mar. No entanto, vale salientar que as falas desses sujeitos não aparecem na maioria das capas de jornais. Do ponto de vista do suporte econômico a essas populações, aparece nas manchetes apenas a atuação do município de Cabo de Santo Agostinho.

Apesar do impacto à saúde, notificado em 353 casos de intoxicação exógena aguda por petróleo, o setor da saúde teve baixa visibilidade nas capas do jornal, que se limitou a fornecer informações sobre o risco à saúde sem destacar um processo de vigilância, proteção e promoção à saúde, voltado sobretudo às populações mais vulneráveis, por sua situação de exposição e suas condições socioeconômicas.

É necessário investigar outras formas da comunicação utilizadas durante a cobertura do desastre. Explorar o conteúdo em mídias independentes, como Brasil de Fato – Pernambuco e Marco Zero Conteúdo. No nível comunitário, por exemplo, é preciso avaliar como foram as iniciativas de comunicação popular, tais como rádios comunitárias, grupos de aplicativos (como WhatsApp), fóruns e reuniões comunitárias de enfrentamento. E, a partir dessa investigação, compreender, fomentar e pôr em prática formas que funcionem visando a respostas mais ágeis.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raquel; ARAÚJO, Inesita Soares. A mídia em meio às ‘emergências’ do vírus zika: questões para o campo da comunicação e saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2016. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v10i1.1088>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1088>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ARAÚJO, Inesita Soares; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ARAÚJO, Maria Elisabeth de; RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Paulo Wanderley de. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, p. 1-6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00230319>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/66t7BVfM6X4pBBCJwLcqmf/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Associados**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.anj.org.br/associados/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BARATA, Rita Barradas. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BATISTELLA, Carlos Eduardo Colpo. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO, Ana Maria D'Andrea (org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. (Coleção Educação Profissional e Docência em saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 1). p. 51-86. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39204>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CARDOSO, Janine Miranda; ROCHA, Rogério Lannes. Interfaces e desafios comunicacionais do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1871-1879, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.01312018>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000601871&script=sci_arttext. Acesso em: 01 abr. 2021.

EUZEBIO, Camilla Szerman; RANGEL, Giovanna da Silveira; MARQUES, Rejane Côrrea. Derramamento de petróleo e seus impactos no ambiente e na saúde humana. **Brazilian Journal of Environmental Sciences**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 79-98, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5327/Z2176-947820190472>. Disponível em: https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBciAMB/article/view/588. Acesso em: 10 mar. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Instituto Aggeu Magalhães. Departamento de Saúde Coletiva. Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho. Departamento de Saúde Coletiva, Instituto Aggeu Magalhães, Fiocruz Pernambuco. Carta aberta pela declaração de estado de emergência em saúde pública. In: PACHECO, Tania. **Combate Racismo Ambiental**, [s. l.], 29 out. 2019. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/10/29/carta-aberta-pela-declaracao-de-estado-de-emergencia-em-saude-publica/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). **Manchas de óleo: Litoral brasileiro**. Brasília, DF: Ibama, 2019. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>. Acesso em: 1 maio 2021.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo – a metodologia do Discurso de Sujeito Coletivo**. Brasília, DF: Liber Livro, 2010.

LERNER, Kátia; SACRAMENTO, Igor. **Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

LIMA, Myrian del Vecchio de *et al.* A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 34, 2015, p. 75-84. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v34i0.39965>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/39965>. Acesso em: 03 dez. 2020.

MONKEN, Maurício *et al.* O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: MIRANDA, Ary Carvalho de *et al.* (org.). **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 23-41. Disponível em: http://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/teritoiro_na_saude.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

PERNAMBUCO. Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde. **Informe n. 09/2019 de 25 de outubro de 2019**. Recife: SEVS-PE, 2020. Disponível em: https://www.cievspe.com/_files/ugd/3293a8_8d5c99d6d713440580ea25e59a1c2191.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022.

PERNAMBUCO. Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde. **Informe n. 06/2020 de 18 de outubro de 2019 até 19 de fevereiro de 2020**. Recife: SEVS-PE, 2020. Disponível em: https://www.cievspe.com/_files/ugd/3293a8_1455d572c8cc4114bda0ae601f2c4a8c.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Os possíveis impactos dos vazamentos de óleo nas comunidades pesqueiras artesanais em Pernambuco**: um breve e provisório balanço. Recife: Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR), 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristiano_Ramalho/publication/336882146_OS_POSSIVEIS_IMPACTOS_DOS_VAZAMENTOS_DE_OLEO_NAS_COMUNIDADES_PESQUEIRAS_ARTESANAIS_EM_PERNAMBUCO_UM_BREVE_E_PROVISORIO_BALANCO/links/5db8c973299bf1a47bfd49e3/OS-POSSIVEIS-IMPACTOS-DOS-VAZAMENTOS-DE-OLEO-NAS-COMUNIDADES-PESQUEIRAS-ARTESANAIS-EM-PERNAMBUCO-UM-BREVE-E-PROVISORIO-BALANCO.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos. **Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape-PE.** 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2011. Disponível em: <https://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2011santos-mos.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2021.

VOZES silenciadas – a cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira: Justiça socioambiental e mídia. [São Paulo]: Intervezes, 2020. Disponível em: <https://app.rios.org.br/index.php/s/yszbyE6bpap6Ptc>. Acesso em: 05 jan. 2021.